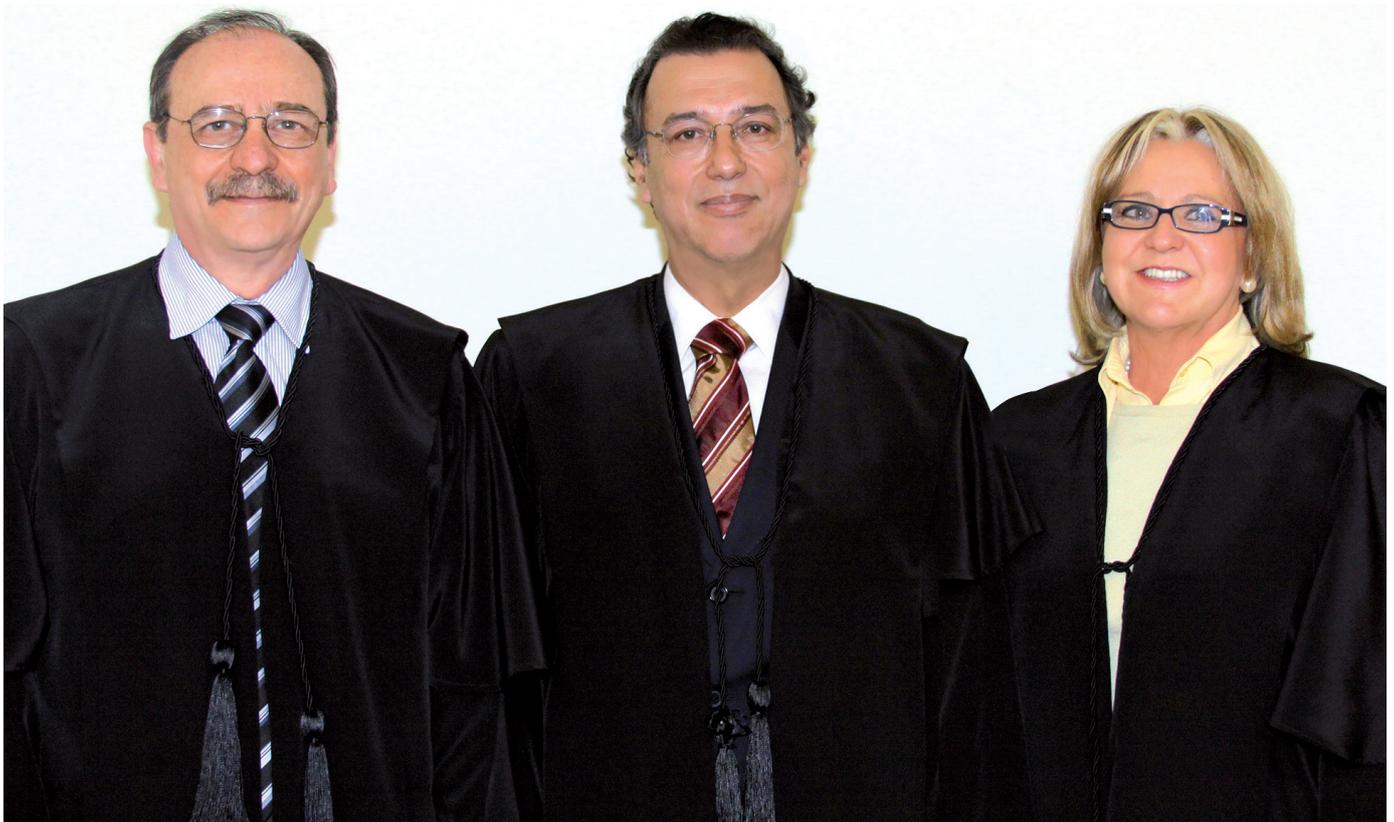


Desembargador Ney José de Freitas é eleito presidente do TRT-PR



No dia 13 de outubro foi eleita a futura Administração do TRT do Paraná, gestão 2009-2011. Os desembargadores Ney José de Freitas (ao centro), Rosemarie Diedrichs Pimpão e Arnor Lima Neto serão presidente, vice-presidente e corregedor regional, respectivamente **p. 8 e 9**

Fórum sobre responsabilidade social e sustentabilidade

Cerca de 300 pessoas, entre magistrados, procuradores, servidores públicos, advogados, representantes sindicais e estudantes, participaram do Fórum de Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Cidadania e Justiça, promovido pelo TRT-PR, de 19 a 21 de outubro, em Curitiba. De acordo com a desembargadora Ana Carolina Zaina, a iniciativa do TRT do Paraná servirá de base para a ampliação do debate sobre o tema sustentabilidade. **p. 6 e 7**

Movimento Cornélio Solidária promove colóquio

Cornélio Procópio sediou, em 16 de outubro, o colóquio "Os novos rumos do direito e do processo do trabalho", que foi promovido pelo Movimento Cornélio Solidária, Escola Judicial do TRT-PR e Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região. O evento contou com mais de 200 participantes entre magistrados, servidores da Justiça do Trabalho e estudantes de faculdades de Direito. **p. 5**

Nesta Edição

- 9ª Região cumpre a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça **p. 2**
- TRT-PR participa do III Encontro de TRTs da Região Sul **p. 3**
- Desembargador Ney Freitas é empossado na ANDT **p. 4**
- Novos juízes participaram do 8º Curso de Formação Inicial **p. 14**

Semana Nacional da Conciliação será de 7 a 11 de dezembro

Bruno Manenti e Flaviane Galafassi

O Conselho Nacional de Justiça programou, para 7 a 11 de dezembro, a Semana Nacional da Conciliação. No Paraná, as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho realizarão coletivamente um mutirão da conciliação, que será estruturado em conjunto, na Praça Nossa Senhora da Salete, em frente ao Palácio do Governo do Paraná, no Centro Cívico, em Curitiba. No local, partes e advogados que agendarem previamente as audiências poderão finalizar seus processos por meio de acordo.

A Justiça do Trabalho do Paraná contará com 30 mesas para audiências, atendendo o Juízo Auxiliar de Conciliação de

2º Grau, além das Varas do Trabalho de Pinhais, Colombo, 1ª e 2ª de São José dos Pinhais e 15ª de Curitiba. Como no ano passado, acadêmicos de Direito de faculdades curitubanas participarão das audiências.

Além do mutirão, as Varas do Trabalho do Paraná atuarão no sentido de conciliar as partes, com realização de audiências nas próprias unidades. No interior, já estão programados pautões especiais para a Semana Nacional da Conciliação nas VTs de Cianorte, Ivaiporã, Porecatu,



Reunião organiza ação conjunta dos órgãos TRT-PR, TJ e Justiça Federal para a Semana Nacional da Conciliação

Nova Esperança, 2ª de Ponta Grossa, 2ª de Umuarama, 2ª e 5ª de Londrina. ■

9ª Região cumpre a Meta 2 do CNJ

Jussara Elisa

Todos os gabinetes de desembargadores do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, JAC2 e 30 Varas do Trabalho cumpriram a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça. A proposta do CNJ é identificar e julgar todos os processos

judiciais distribuídos até 31/12/2005 em primeiro e segundo grau, bem como nos tribunais superiores. De acordo com a Assessoria de Economia e Estatística, as VTs que atenderam à meta são: 2ª de Araucária, Assis Chateaubriand, 1ª e 3ª de Cascavel, Castro, Cianorte, 11ª, 21ª,

22ª e 23ª de Curitiba, Dois Vizinhos, 2ª de Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Loanda (hoje PA), 3ª e 7ª de Londrina, 3ª e 5ª de Maringá, Nova Esperança, Palmas, 3ª de Paranaguá, Pato Branco, 1ª 2ª e 3ª de Ponta Grossa, Porecatu, Santo Antonio da Platina e 3ª de São José dos Pinhais. ■

CNJ produz campanha "Começar de Novo"

Jussara Elisa

O CNJ está produzindo campanha institucional denominada "Começar de Novo", que visa a sensibilizar a população brasileira sobre a necessidade de reinserir, no mercado de trabalho e na sociedade, presos ou egressos do sistema carcerário. A campanha está sendo veiculada sem custos em emissoras de rádio e televisão. Desde 22 de outubro, estão disponíveis no site www.cnj.jus.br - link "Programas e Ações" - sublink "Começar de Novo", o comercial de rádio e de TV, cartaz, banner de internet e anúncios. ■

Conciliação na 1ª Vara do Trabalho de Araucária

Jussara Elisa

A 1ª Vara do Trabalho de Araucária dedicou as sextas feiras do mês de outubro especialmente à conciliação. Foram colocadas em pauta, no período, 40 audiências em processos que tinham como parte empresas em dificuldades financeiras e com várias ações de conhecimento ou execução em trâmite. De acordo com o juiz substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho, o "pautão" resultou em 13 acordos com um percentual de 32,5% de sucesso. ■

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaelae Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa e Luiz Munhoz. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa e Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola e Marcela Saragioto. **Tiragem:** 500 exemplares. **Impressão:** Gráfica Radial Ltda.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9jus.br

Tribunal do Trabalho do Paraná participa do III Encontro dos TRTs da Região Sul



Mesa de abertura do III Encontro dos TRTs da Região Sul, realizado em 22 e 23 de outubro

Jussara Elisa

Foi realizado, em 22 e 23 de outubro em Porto Alegre, o III Encontro dos TRTs da Região Sul. Durante os dois dias, cerca de 70 magistrados e servidores dos Regionais apresentaram suas boas práticas e discutiram ações conjuntas visando à excelência do atendimento ao público da Justiça do Trabalho.

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, em seu discurso de abertura, disse que a terceira edição do encontro já estaria fadada ao sucesso, tendo em vista que em cada evento é verificado o grau de amadurecimento dos Regionais. "As três Regiões trabalhando em conjunto resultam cada vez mais em uma Justiça eficiente".

Na manhã do último dia, as diversas áreas dos TRTs reuniram-se separadamente buscando a troca de experiências. Dentre os assuntos debatidos: vitaliciamento (projeto de resolução do CSJT), processo eletrônico, ADM eletrônico, segurança institucional, memoriais da Justiça do Trabalho, programa conjunto de televisão dos TRTs da Região para veiculação na TV Justiça, obras de engenharia dos Regionais, numeração única, planejamento estratégico, gestão por competência e assinatura digital de despachos. À tarde foram apresentadas as conclusões resultantes das reuniões, que marcaram a importância da troca de experiências e a necessidade de parceria em projetos, visando com isso ao

fim do retrabalho.

No encerramento, a presidente do TRT da 12ª Região, juíza Marta Maria Villalba Falcão Fabre, afirmou: "o trabalho de hoje me parece de extrema relevância para qualquer um que se habilite a administrar um tribunal. Sem os técnicos, não é possível administrar. Por isso, parabênzo os integrantes das áreas técnicas dos Regionais".

A desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, ressaltou em seu pronunciamento que tem testemunhado a importância do intercâmbio entre os Regionais. "Percebo o quanto nos fortifica conhecer a diversidade e a originalidade de soluções inteligentes para o aprimoramento de cada Tribunal".

Ao encerrar o evento, o desembargador João Ghisleni Filho, presidente do TRT da 4ª Região, anfitrião do encontro, lembrou que: "não chegamos ao cume da montanha, mas do primeiro para este terceiro encontro, avançamos muito. Há necessidade de nossos juízes e técnicos se encontrarem e otimizarem esforços em favor da prestação de um bom serviço, qualificado. Que os encontros continuem pelas futuras administrações que assumem em breve os TRTs da Região Sul".

A próxima edição do encontro está prevista para o primeiro semestre de 2010, em Florianópolis. ■

Escolas Judiciais reúnem-se em Porto Alegre

O encontro do Conselho Nacional das Escolas da Magistratura do Trabalho foi realizado também nos dias 22 e 23, na sede do TRT do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Representantes das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro), da 3ª Região (Minas Gerais), da 7ª Região (Ceará), da 9ª Região (Paraná), da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins), da 12ª Região (Santa Catarina), da 15ª Região (Campinas) e da 20ª Região (Sergipe), além da 4ª Região (Rio Grande do Sul) debateram assuntos comuns. Da 9ª Região, participaram os magistrados Leonardo Vieira Wandelli e Cássio Colombo Filho, titulares da 3ª VT de Paranaguá e 17ª de Curitiba.

De acordo com o diretor da Escola Judicial do TRT da 4ª Região, desembargador Flávio Portinho Sirangelo, a reunião "foi uma etapa no trabalho que nós estamos realizando de consolidação de uma política pública de formação judicial, tanto do ponto de vista da formação dos juízes, no momento em que eles ingressam na carreira da magistratura, logo após terem sua aprovação no concurso público, como também a formação que as escolas realizam com relação aos magistrados de quaisquer níveis da carreira, inclusive os juízes mais antigos, os desembargadores dos Tribunais e assim por diante". Segundo o presidente do Conematra, juiz Leonardo Vieira Wandelli, "a partir da Emenda Constitucional 45, o Poder Judiciário descobriu que além da tarefa de julgar os processos, precisa aprender a se gerir como Poder e também a dar conta de uma terceira tarefa, que é formar os nossos quadros, magistrados e servidores, que são aqueles que exercem a ação jurisdicional". ■

Jussara Elisa

Desembargador Ney José de Freitas é empossado na ANDT



A partir da esquerda, os membros da ANDT, advogado José Affonso Dallegrave Neto, desembargadores Ney José de Freitas, Luiz Eduardo Gunther e Georgenor de Sousa Franco Filho e o advogado Luiz Carlos Amorim Robortella

Flaviane Galafassi

O desembargador Ney José de Freitas, atual corregedor regional e presidente eleito do TRT-PR para o biênio que terá início em 3 de dezembro, passa a ocupar a cadeira número 50 da Academia Nacional do Direito do Trabalho, instituição que tem por finalidade o estudo do Direito do Trabalho, o aperfeiçoamento e a difusão da legislação trabalhista. A cerimônia de posse ocorreu na tarde do dia 20, durante o Fórum "Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Cidadania e Justiça", promovido pelo TRT-PR. "É com honra e contentamento que passo a ocupar a Cadeira de número 50 dessa Academia Nacional, instituição referencial, há trinta anos, no permanente repensar aperfeiçoado do Direito do Trabalho e hábil na difusão diligente da legislação social

focada nas relações de trabalho", disse o desembargador, ao iniciar seu discurso de posse.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente da Academia, desembargador do TRT da 8ª Região (Pará) Georgenor de Sousa Franco Filho. Presentes à mesa a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, a diretora da Escola Judicial do TRT-PR e vice-presidente eleita, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, a presidente da Comissão de Responsabilidade Social, desembargadora Ana Carolina Zaina, os também membros da Academia, desembargador Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente do TRT-PR), advogado José Affonso Dallegrave Neto e advogado Luiz Carlos Amorim Robortella.

Ao discursar como membro da Academia, o advogado Dallegrave Neto lem-

brou a trajetória do desembargador Ney Freitas, ressaltando que "sua marca pessoal é a clareza, objetividade e precisão (quem já leu seus acórdãos confirma isso). Transita como poucos no Direito Público e no Direito Privado, conseguindo aliar com maestria ímpar o Direito Administrativo com o Direito do Trabalho à luz do Direito Constitucional".

Um dos momentos de emoção durante a cerimônia de posse foi a entrega da medalha Arnaldo Sussekind (nome do primeiro presidente da Academia), realizada pelo filho do empossado, o estudante de Direito Leonardo Kaeji de Freitas, de 19 anos.

O desembargador agradeceu aos familiares, em especial ao filho que segue a trilha do Direito, e dedicou o momento ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. "Tudo que recebi quero transferir à nossa Corte. Esta honraria deve, por direito legítimo, ser transferida ao Tribunal, formado por homens e mulheres comprometidos com a jurisdição", finalizou o desembargador. ■



O filho do desembargador Ney Freitas, Leonardo de Freitas no momento da entrega da medalha

Dia do Servidor Público é celebrado com música em Maringá

Em 28 de outubro houve apresentação do Coral Bocaloca do Centro de Ação Cultural – CAC de Maringá, em homenagem ao Dia do Servidor Público, no Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá. O coral é da Secretaria da Cultura da Prefeitura do município, composto por cerca de 50 crianças carentes.

■ Jussara Elisa



Movimento Cornélio Solidária promove colóquio

Luiz Munhoz

Cornélio Procópio sediou, em 16 de outubro, o colóquio “Os novos rumos do Direito e do Processo do Trabalho”, que foi promovido pelo Movimento Cornélio Solidária, Escola Judicial do TRT-PR e Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região.

Na abertura, a juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglio, titular da Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, esclareceu que as palestras são uma forma de se agradecer por toda colaboração que a sociedade local tem dado às iniciativas do Movimento Cornélio Solidária. Enfatizou a necessidade do contínuo debate sobre o Processo do Trabalho, tendo em vista a dinâmica da evolução dos temas trabalhistas.

O juiz José Resende Chaves Júnior, titular da 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG) e doutor em Direitos Fundamentais pela Universidade Carlos III de Madrid (Espanha), abordou o tema Processo Eletrônico. O magistrado argumentou que para se pensar hoje no mundo contemporâneo tem-se que utilizar a tecnologia e para se fazer uma filosofia do século XXI temos que levar em consideração as novas tecnologias de informação e comunicação. Para o juiz, o grande diferencial do processo eletrônico não é a questão tecnológica; é o fato de ser um processo em rede, imaterial, onde ninguém detém a sua guarda física,

o que despatrimonializa e democratiza o processo.

O segundo palestrante foi o juiz Jorge Luiz Souto Maior, titular da 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí (SP) e pós-doutor em Direito pela Université de Paris II. O magistrado fez uma análise do processo de terceirização da mão-de-obra, lembrando que o modelo leva à desvinculação das pessoas, o que acarreta a irresponsabilidade em relação aos outros, o que confronta a idéia de um direito social e de solidariedade humana. Outro tema que o juiz entende como relevante para a Justiça do Trabalho é a reconstrução da noção da eficácia do Direito do Trabalho. Na opinião do magistrado, o que temos de concreto hoje é ineficácia dos direitos trabalhistas, pois as empresas reiteradamente descumprem a legisla-

ção. O juiz analisou, ainda, a questão do dano social que seria outro ilícito, onde as empresas, além de não quitarem seus débitos, buscam no descumprimento reiterado da legislação trabalhista a obtenção de vantagem econômica, tornando o direito ineficaz. Contudo, o magistrado mostrou-se otimista com o fato de que diversos tribunais tem começado a gerar indenizações de natureza social que passam a mostrar para a sociedade que o direito alheio é para ser cumprido.

O evento contou com mais de 200 participantes entre magistrados, servidores da Justiça do Trabalho e estudantes de faculdades de Direito. Foi distribuída uma sacola retornável para cada um dos participantes, com informativo sobre preservação ambiental e visando a eliminar o uso de sacolas plásticas. ■



Mesa de abertura do colóquio “Os novos rumos do Direito e do Processo do Trabalho”, realizado em Cornélio Procópio, em 16 de outubro, promovido pelo Movimento Cornélio Solidária

Responsabilidade Social no interior

Esta edição do informativo Nona divulga campanhas promovidas em três cidades do interior do Estado: Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu e Londrina. Por meio do Movimento Cornélio Solidária, a Vara do Trabalho arrecadou 2.885 itens para a campanha do Dia das Crianças, entre balas, doces, suspiros, brinquedos, sapatos e bolo. As doações foram distribuídas a 2.487 crianças, atendidas por todas as creches existentes nos municípios de Cornélio Procópio e Leópolis, além do distrito de Congonhas.

A 2ª VT de Foz do Iguaçu tem colocado em prática ações de responsabilidade social. Em 2008 e 2009 implementou duas campanhas: “Por uma saúde melhor” e “Por mais informações”. Na primeira campanha angariou mais de 100 embalagens com medicamentos para doação ao Políambulatorio Nossa Senhora Aparecida daquele município. Na segunda, arrecadou cerca de 500 impressos (livros, revistas e jornais) e CDs, que foram doados para a Biblioteca Municipal e à Penitenciária locais.

Em outubro, a Comissão de Responsabilidade Social de Londrina organizou campanha voltada à doação de sangue e de medula óssea. Com a mobilização, foram feitos 60 cadastros para doação de sangue, com 48 doações efetivas de sangue e 59 doações de medula óssea.

■ Jussara Elisa

TRT promove fórum de responsabilidade social e sustentabilidade



Mesa de abertura do Fórum de Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Cidadania e Justiça

Flaviane Galafassi

Cerca de 300 pessoas, entre magistrados, servidores públicos, advogados, representantes sindicais e estudantes participaram do Fórum de Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Cidadania e Justiça, promovido pelo TRT-PR, de 19 a 21 de outubro, em Curitiba. Durante os três dias de evento, puderam debater temas como responsabilidade social e sustentabilidade, cidadania, capitalismo, papel da educação no combate à desigualdade social, probidade administrativa, economia verde inclusiva e socialmente responsável, crise, empresas e manutenção de empregos, trabalho decente e suas implicações jurídicas.

“O evento cumpriu seu papel de criar uma reflexão sobre a realidade social, ambiental e econômica e o contributo da responsabilidade sócioeconômica e ambiental para esse fim. Também teve o propósito de disseminar indistintamente, para além das fronteiras do TRT paranaense, a responsabilidade sócioeconômica e ambiental, alcançando o poder público, sindicatos, empresas e sociedade civil”, enfatizou a presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina.

De acordo com a magistrada, a iniciativa do TRT do Paraná servirá de base para a ampliação do debate, a diversas áreas da sociedade, sobre o tema sustentabilidade, que passa a ter não só um foco ambiental,

mas principalmente social e econômico, e contribuirá para um novo olhar do próprio judiciário sobre esses aspectos e as responsabilidades de trabalhadores e empresas.

“A sustentabilidade ainda tende para um viés ambiental e todos deveríamos aproveitar essa tendência da economia verde e incluir também dimensões sociais e éticas, principalmente no campo dos valores, como confiança, honestidade, integridade”, enfatizou o vice-presidente do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi, um dos palestrantes do evento. Ele lembrou da necessidade de se observar essas características, principalmente em momentos de crise econômica. “O valor principal dos ativos de uma empresa é o conhecimento e esse conhecimento está nas pessoas”, avaliou.

O Fórum Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Cidadania e Justiça teve patrocínio da Caixa Econômica Federal e apoio da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra.

A abertura do evento contou com a participação do ministro do TST Fernando Eizo Ono; da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista; do corregedor regional e presidente eleito do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas; da presidente da Comissão de Responsabilidade Social da Procuradoria Regional do Trabalho, procuradora Maria Guilhermina dos Santos Vieira Camargo; da diretora da Escola Judicial e vice-presidente eleita do TRT-PR, desembargadora

Rosemarie Diedrichs Pimpão; da presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina; do presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Trabalho - Amatra-IX, juiz Carlos Augusto Penteado Conte, e do gerente regional da Caixa, Adriano Borges Resende.

Todos os palestrantes receberam gravuras ilustrando Curitiba, como homenagem pela participação no evento na capital paranaense. As gravuras foram feitas pelo servidor do TRT-PR Jairo Fernando Culau, que trabalha na 13ª Vara do Trabalho de Curitiba. Além da gravura, Culau também foi o responsável pelo quadro feito com material reciclado, utilizando a técnica de “collage”, entregue ao ministro Fernando Eizo Ono.

■ PREOCUPAÇÕES DO JUIZ

“Ao Poder Judiciário, como poder público que é, e também aos órgãos das carreiras jurídicas, cabe um papel de preservação do meio ambiente, não apenas na atividade fim, mas também como gestores públicos”. Com essa mensagem, o desembargador federal aposentado Vladimir Passos de Freitas, coordenador do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, finalizou a primeira palestra do fórum. Ele enfatizou a importância do Poder Público e de seus agentes se preocuparem com as questões sociais, ambientais e econômicas nas atividades diárias, orientação que consta da Recomendação 11/2007 do CNJ.

De acordo com o desembargador Vladimir Freitas, o uso de correio eletrônico, arquivos eletrônicos no lugar de documentos em papel, a não utilização de cópias de autos em papel são algumas das atitudes que podem ser adotadas no judiciário para proteger o meio ambiente e também a economia.

Para falar sobre Capital e Sustentabilidade, esteve no evento o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa. Ele abordou os reflexos do Capitalismo no que chamou de “cultura do desperdício”, destacando que a sociedade deve ser orientada para a sustentabilidade, com a colaboração de todos.”

O deputado federal Gustavo Fruet falou sobre o tema “Política, responsabilidade

de social e sustentabilidade”, discutindo projetos que visam ao cuidado da questão ambiental, como os Códigos Florestal e Ambiental e os Selos Ambientais. Lembrou, também, que é preciso aproximar da realidade de cada brasileiro o problema do meio ambiente, começando em casa as ações de proteção.

O professor José Pio Martins abordou o tema “Capitalismo e o papel da educação como contributo ao combate à desigualdade social”. Ele discutiu a importância da educação no desenvolvimento social e na diminuição da discriminação, comentando que a educação pode contribuir com até 2/3 da produtividade. “O acesso à educação, aliado ao investimento no desenvolvimento tecnológico e científico, melhoraria as condições de vida da população. Mesmo que o processo educacional seja lento e dispendioso, é um desafio ao país para sair da desigualdade”, disse.

A representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, Marilza do Carmo, apresentou o projeto Ecocidade, para incremento de reciclagem e inclusão socioambiental dos catadores informais. O projeto prevê a criação de locais de trabalho e de armazenamento do lixo para os coletores informais.

■ POR DECISÕES SOLIDÁRIAS

A necessidade de haver decisões judiciais com foco na valorização do trabalho humano foi uma das discussões do segundo dia do fórum. “O ser humano tem que ser o centro das relações jurídicas, não os bens”, disse a desembargadora Marlene Teresinha Suguimatsu, durante palestra sobre “Solidariedade social e contrato - inciso I, art 3º da Constituição Federal”.

A desembargadora destacou a necessidade do “equilíbrio para que o anseio de progresso econômico não se sobreponha aos valores sociais, mas, com estes, torne efetiva a terceira promessa da Revolução Francesa: a fraternidade”. Ela lembrou que, ao contrário dos pilares da igualdade e da liberdade propostos pela revolução, que contaram com esforços jurídicos no sentido de se tornarem garantias concretas do Direito, a fraternidade pouco foi utilizada. “A ideia de fraternidade, quando assimilada pelo Direito, ingressou como inspiradora de normas de Direito Público, como os deveres de assistência em que os particulares são chamados a cooperar apenas de forma indireta, por meio de contribuições e impostos, assistência e reparação em hipóteses de prejuízos causados a outros”, exemplificou.



Plateia do Fórum de Responsabilidade Social realizado de 19 a 21 de outubro, em Curitiba

Também foi abordado no segundo dia do evento o tema “Responsabilidade social das empresas na construção da sustentabilidade sócioeconômica do trabalhador cidadão”, pelo doutor em Direito José Affonso Dallegrave Neto. “Quanto maior for a função social da empresa, mais se justifica a proteção”, comentou. Ele discorreu ainda sobre capital especulativo, que não gera empregos, e a terceirização de atividades essenciais de uma empresa, prática ilegal. Apontou que culturalmente no Brasil não se faz, no empreendimento, planejamento econômico a longo prazo, o que prejudica os investimentos na segurança do trabalhador.

Na palestra sobre tributação em prol da sustentabilidade, o professor José Roberto Vieira falou sobre o direito a um ambiente ecológico equilibrado, garantido pela Constituição Federal, e a necessidade de se por este direito em prática. Citou também o ICMS ecológico, que começou no Paraná (em Curitiba há isenção proporcional à área verde) e comentou sobre o direcionamento de uma tributação para a proteção do meio ambiente.

O desembargador do TRT da 8ª Região Georgenor de Souza Franco Filho falou sobre “Trabalho decente e suas implicações jurídicas” e a doutora em Direito Aldacy Rachid Coutinho versou sobre a responsabilidade social e cidadania empresarial.

No último dia do evento, a procuradora do Trabalho Margaret Matos de Carvalho explicou o funcionamento do “Instituto do Lixo e Cidadania” e o trabalho que vem sendo feito para retirar as crianças que vivem nos lixos.

O doutor em Sociologia e Antropologia André Filipe Reid dos Santos falou sobre “Dimensão cultural e desigualdade

de social”. Sobre a desigualdade social no Brasil, afirmou que o problema não é só de caráter econômico, mas também de preconceito com gênero e raça. “O problema está relacionado à educação, mas sua solução não se apoia apenas no sistema educacional. É preciso envolvimento social para mudar o cenário”.

O secretário do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, Rasca Rodrigues, abordou as políticas de gestão ambiental do Paraná e o promotor de Justiça Mateus Bertoni falou sobre o tema “Probidade administrativa e cidadania”, enfatizando a corrupção e a importância do direito no seu combate. Comentou que em mais de 35% das cidades brasileiras há desvio de recursos da educação infantil, que reflete em baixos salários dos professores e cortes nos lanches dos alunos. Para ele, é preciso haver mudanças pequenas de ordem pessoal, que acabariam levando a mudança na ordem social. “É preciso transformar o direito público num direito verdadeiramente de todos”.

O vice-presidente do TRT-PR, desembargador Luiz Eduardo Gunther tratou sobre a “Aplicação do princípio constitucional da igualdade na atividade empresarial”, abordando a realidade das garantias de trabalho relacionadas ao sexo, idade, cor, deficiência, entre outros.

Para encerrar o evento, o professor da Unicamp Ricardo Antunes versou sobre “A crise, as empresas e a manutenção dos empregos em tempos de dispensas em massa”, fazendo, inclusive uma previsão pessimista sobre os direitos dos trabalhadores e a necessidade da preservação desses direitos. “Adentramos depois da crise em uma nova era de degradação estrutural do trabalho em escala global”, finalizou. ■

Desembargador Ney José de Freitas é eleito presidente do TRT-PR

Flaviane Galafassi

O desembargador Ney José de Freitas foi eleito, em 13 de outubro, o novo presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, para mandato bienal que iniciará em dezembro. A eleição, da qual participaram os 28 desembargadores da composição plena do Órgão, também resultou na escolha dos desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão e Arnor Lima Neto para os cargos de vice-presidente e corregedor regional, respectivamente. A cerimônia de posse dos eleitos ocorrerá em 3 de dezembro, encerrando-se o mandato da atual gestão, cuja presidência é exercida pela desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista.

“É uma honra assumir o cargo de presidente deste Tribunal e reafirmo aqui o meu compromisso para com o jurisdicionado de trabalhar pela prestação de um serviço público cada vez mais rápido”, disse o desembargador.

Natural de Curitiba, doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Ney José de Freitas ingressou na magistratura em 1988. Sua trajetória como juiz inclui atuação em Varas do Trabalho de Pato Branco, União da Vitória, 4ª e 17ª de Curitiba. Em 1996, foi promovido ao cargo de Desembargador do TRT, no qual exerce atualmente o cargo de Corregedor Regional.

Além de magistrado, o futuro presidente do TRT é professor e poeta. Escreveu na literatura em 1994, com o livro



Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, vice-presidente eleita do TRT do Paraná



Desembargador Ney José de Freitas, durante a sessão de 13 de outubro que elegeu o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, gestão 2009-2011

de poesias “O Canto do sabiá e outros poemas” (Editora JM). No mesmo gênero publicou, em 2003, a obra “Pedaços de vida” (edição própria). É autor de diversas obras no campo do Direito: “Registro sindical no Brasil” (JM, 1997), em co-autoria com o desembargador Luiz Eduardo Gunther; “Dispensa de empregado público e o princípio da motivação” (Ed. Juruá, 2002); “A inexistência de citação e os embargos do devedor no Processo do Trabalho – estudos em homenagem ao ministro João Oreste Dalazen” (LTr, 2002) e “Ato Administrativo – presunção de validade e a questão do ônus da prova” (Fórum, 2007).

■ VICE-PRESIDÊNCIA

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, eleita para suceder ao desembargador Luiz Eduardo Gunther na vice-presidência do TRT-PR, é natural de Imbituva (PR). Formada em Direito pela UFPR, especialista em Direito Constitucional do Trabalho, Direito Administrativo e em Economia do Trabalho, ingressou na magistratura em 1982, tendo atuado nas unidades judiciárias de Paranaíba, Foz do Iguaçu, Paranaguá e 8ª de Curitiba. No TRT desde 1996, onde chegou mediante promoção, é a atual presidente da 2ª Turma do Tribunal, exercendo também a diretoria da Escola Judicial do Órgão.

Foi indicada pelo Conselho Estadual

da Mulher, no ano de 1999, como uma das mulheres, na esfera da Justiça, que ajudou a construir este século. A Revista do SENAP, edição Maior Personalidade, a apontou como a “Magistrada da Justiça do Trabalho de Final do Século - 1999”.

Participou de cursos de direção na École de Magistrature de Paris, na Cour d’Appel, na Cour de Cassation (2006), do Congresso de Estudos sobre Normas Internacionais do Trabalho na OIT em Genebra e em Turim, com o mesmo tema (2007), e de estudos na Corte Constitucional alemã de Karlsruhe, na Corte de Trabalho Regional de Erfurt e no Parlamento alemão (Reichstag) em Berlim (2008).

Participou, ainda, no Congresso Internacional no Centro de Estudos Judici-



Desembargador Arnor Lima Neto, corregedor eleito da 9ª Região da Justiça do Trabalho

ários de Lisboa. Este ano, foi condecorada com a comenda da Ordem do Mérito "Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge", no grau Grã-Cruz, outorgada pelo TRT da 19ª Região (Alagoas).

■ CORREGEDORIA REGIONAL

O desembargador Arnor Lima Neto, eleito para a corregedoria regional, é natural de Rancharia (SP). Mestre em Direito pela PUC-PR, ingressou na magistratura em 1987, tendo atuado nas unidades judiciárias de Maringá, Cascavel, 2ª de Londrina e 5ª de Curitiba. Promovido para o TRT do Paraná em 1998, atualmente exerce a presidência da 4ª Turma do Tribunal.

■ PRESIDÊNCIAS DA SEÇÃO ESPECIALIZADA E TURMAS

Na mesma data, foi eleito o desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior para

o cargo de Presidente da Seção Especializada do TRT da 9ª Região, também para o biênio 2009/2011.

Os novos presidentes das Turmas de desembargadores do Tribunal escolhi-

dos por seus pares são: Edmilson Antonio de Lima (1ª Turma), Ana Carolina Zaina (2ª Turma), Archimedes Castro Campos Júnior (3ª Turma), Márcia Domingues (4ª Turma) e Arion Mazurkevic (5ª Turma). ■



Desembargador Edmilson Antônio de Lima, presidente eleito da 1ª Turma



Desembargadora Ana Carolina Zaina, presidente eleita da 2ª Turma



Desembargador Archimedes Castro Campos Júnior, presidente eleito da 3ª Turma



Desembargadora Márcia Domingues, presidente eleita da 4ª Turma



Desembargador Arion Mazurkevic, presidente eleito da 5ª Turma

Tribunal Regional do Trabalho da Bahia conhece sistemas informatizados do Regional paranaense

O juiz do trabalho Firmo Leal e os servidores Cláudia Cristina Ferreira Jorge (diretora da área de informática) e Vera Lúcia Rocha (diretora do Serviço de Desenvolvimento de Sistemas) do Tribunal do Trabalho da Bahia (5ª Região) estiveram no TRT do Paraná nos dias 7 e 8 de outubro. Na ocasião, conheceram o funcionamento das 21ª, 22ª e 23ª Varas do Trabalho de Curitiba com funcionamento eletrônico, o Sistema Fidelis de gravação audiovisual de audiências e o Sistema e-Gab (modelo para o desenvolvimento do Projeto Nacional e-Julg). Na foto, os visitantes com o desembargador Ubirajara Carlos Mendes e Cláudio Lima, diretor da Secretaria de Informática do TRT-PR.

■ Jussara Elisa



TRT da 9ª Região apresenta projeto e-Gestão para o TST

Flaviane Galafassi

O TRT do Paraná apresentou às equipes técnicas do Tribunal Superior do Trabalho, no último dia 22, o projeto e-Gestão, ferramenta de apoio ao gerenciamento, desenvolvida pelo regional paranaense há um ano, que vem sendo utilizada como suporte das decisões da administração do Tribunal. A ferramenta tem como objetivo traçar um perfil da estrutura das unidades judiciárias do Paraná, avaliar e adequar a estrutura funcional, dando-lhe maior racionalidade, sempre em busca da celeridade e eficiência na prestação jurisdicional.

O objetivo da apresentação ao TST foi contribuir para o desenvolvimento do projeto nacional de estatística, também denominado e-Gestão, que se encontra em fase inicial de desenvol-

vimento. A solução paranaense foi apresentada pela equipe técnica do TRT do Paraná, coordenada pelo desembargador Ubirajara Carlos Mendes, às equipes de estatística, de desenvolvimento de sistemas, de ferramentas de BI (Business Intelligence) e da Comissão de Assessoria ao e-Gestão nacional do TST. Na explanação, o assessor de estatística João Miranda explicou as funcionalidades, destacando o potencial da ferramenta como apoio ao plano gestor de administração do Regional.

“A base de dados do nosso e-Gestão deverá ser totalmente alterada para receber os parâmetros estabelecidos pelo Grupo Gestor da Tabelas Unificadas, passando a gerar de forma automática os boletins do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça. A proposta é, em futuro próximo, unificar os projetos nacional e regional, pelo es-

forço comum”, explica o desembargador Ubirajara Carlos Mendes.

De acordo com ele, a troca de experiências levou à integração do desenvolvimento do projeto, ficando o TST responsável por fornecer ao regional paranaense a ferramenta de BI necessária para agilizar os trabalhos e o TRT-PR em participar com a experiência adquirida na utilização do projeto.

O e-Gestão desenvolvido pelo TRT-PR vem ganhando conhecimento nacional. Foi aprovado entre os 16 primeiros projetos na 9ª Mostra da Qualidade do Poder Judiciário (implantada pelo TRT da 23ª Região), onde foram inscritos 101 trabalhos de todo o Brasil. O vencedor da mostra será conhecido em evento que acontece de 4 a 6 de novembro, em Cuiabá (MT), quando os finalistas farão a apresentação dos seus trabalhos. ■



Posse de 61 servidores da 9ª Região

No dia 23 de outubro, 61 pessoas tomaram posse no cargo de Servidor da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Todos aprovados no concurso público de 2007, cujo prazo de vencimento foi prorrogado para janeiro de 2010. Os cargos - 320 ao todo - foram criados em julho deste ano, quando foi sancionado o Projeto de Lei 19/2009. Na foto, o assessor da Direção-Geral Valdir Stremel, recepcionando os novos servidores no auditório da Escola Judicial. ■ Jussara Elisa

Magistrados da 9ª Região participam de curso de doutorado em Ciudad Real, na Espanha

Os juízes da 9ª Região da Justiça do Trabalho Odete Grasselli e José Eduardo Ferreira Ramos participaram da segunda edição do curso de Doutorado sobre estudos de Direitos Sociais da Universidade de Castilla-La Mancha, mediante convênio ANAMATRA-UCLM. Os magistrados foram aprovados com referência para continuidade dos estudos intuindo futura defesa de tese junto à UCLM ou outra instituição de ensino similar, integrante da Comunidade Européia. ■ Jussara Elisa

Ministro Ono e desembargadores da 9ª Região recebem homenagens

Jussara Elisa

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Fernando Eizo Ono (oriundo do TRT-PR) e os desembargadores do 9º Regional Rosalie Michaele Bacila Batista (presidente), Sueli Gil El Rafihi e Edmilson Antonio de Lima foram homenageados nos dias 5, 23 e 30 de outubro.

O ministro Fernando Ono e a desem-

bargadora Sueli Rafihi receberam, em Fortaleza, medalhas da Ordem Alencariana do Mérito Judiciário do Trabalho.

A presidente do Tribunal foi agraciada pelo TRT da 24ª Região (MS), com a Grã-Cruz da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário. O desembargador Edmilson de Lima auferiu o título de Cidadão Benemérito do Município de Jacarezinho (Norte do Paraná).

Em 5 e 6 de novembro, os desembargadores Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Rosalie Batista e Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente) também serão homenageados. O magistrado Ricardo receberá Menção Honrosa da Assembleia Legislativa do Paraná. Os desembargadores Rosalie e Gunther receberão título de Cidadania Honorária de Ponta Grossa. ■



Desembargadores Rosalie Michaele Bacila Batista (presidente do TRT 9ª Região) e Amaury Rodrigues Pinto Júnior (TRT 24ª Região)



Desembargador Edmilson Antonio de Lima, durante discurso na sessão que auferiu o título de Cidadão Benemérito do Município de Jacarezinho



O ministro Fernando Eizo Ono recebeu a medalha no Grau Grã-Cruz do desembargador Manoel Arízio Eduardo de Castro



A desembargadora Sueli Gil El Rafihi recebeu a comenda, no grau de Grande Oficial, das mãos da desembargadora Laís Maria Rossas Freire

Correição em novembro nas Varas do Trabalho do Paraná

As Varas do Trabalho de Campo Mourão, Cianorte e Foz do Iguaçu passam por correição neste mês de novembro. Em Campo Mourão, a correição ocorreu no dia 5 e, em Cianorte, dia 6. Na 3ª Vara de Foz do Iguaçu, será nos dias 9 e 10; na 2ª, 10 e 11; e na Direção do Fórum e Distribuição dos Feitos de Foz, dia 12. Haverá audiência pública no dia 11, das 16 às 17 horas.

■Flaviane Galafassi

Novas diretrizes da administração do CSJT promovem mudanças no e-Julg

Após período de redefinições no desenvolvimento do projeto e-Julg pelo CSJT, com suspensão de determinadas atividades para alinhá-las às novas diretrizes do projeto, a equipe de desenvolvimento do sistema retomou suas tarefas com bastante fôlego. As atividades dos analistas terceirizados foram recuperadas, bem como toda a linha de produção do projeto. O novo direcionamento foi estabelecido pelo Ofício 45/2009-CSJT.SE.ASTIC e trouxe a necessidade de reavaliar as condições em que o sistema estava sendo desenvolvido, resultando na revisão do planejamento e no estabelecimento de um novo cronograma para o projeto.

■ PRINCIPAIS MUDANÇAS

- SUAP

Na proposta inicial, o e-Julg teria que se alinhar ao SUAP. Porém, no decorrer do andamento do projeto constatou-se que tal procedimento causaria impacto em sua execução, à medida que havia indefinições do SUAP quanto a determinadas especificações funcionais que já estavam sendo necessárias ao desenvolvimento do e-Julg, sendo que a expectativa de entrega deste era anterior.

Seguindo orientações contidas no expediente do CSJT, quanto à especificação funcional, a equipe de desenvolvimento do TRT9ª aproveitará para o e-Julg o que já foi formalizado pelo SUAP e definirá as funcionalidades ainda não

especificadas. Embora a construção dos dois sistemas se dê de maneira distinta, o escopo do e-Julg prevê sua utilização integrada com o SUAP, a exemplo de outros sistemas de administração processual existentes.

- Escopo

Na previsão inicial, concluído o sistema, este seria disponibilizado para implantação no TST e Regionais do Grupo de Trabalho e posteriormente aos demais Tribunais. Com as novas definições do CSJT, o projeto passa a ser piloto e desta forma será implantado primeiramente no TRT da 9ª Região e no TST, havendo possibilidade de inclusão de outros Regionais mediante determinação do Conselho. Após a homologação, a estratégia de implantação e as novas versões do programa ficarão a cargo de um comitê gestor nacional a ser criado por Ato do CSJT.

- Módulos do Sistema

Na visão anterior, a construção dos módulos do sistema foi concebida de forma vertical, iniciando da primeira instância para as instâncias superiores. Estes módulos foram agora agrupados por afinidade, permitindo uma construção linear do sistema e resultaram na criação dos módulos de julgamento (que atenderá a audiências e sessões); de Gestão de Processos (que atenderá as secretarias de varas e gabinetes) e de redação (que auxiliará magistrados na elaboração de

sentenças, acórdãos e despachos).

- Prazos

O prazo para conclusão do projeto foi prorrogado para julho de 2010. No decorrer das próximas fases do projeto o cronograma será reavaliado, com previsão de nova revisão após a conclusão do projeto lógico e outra após o projeto físico. A cada nova revisão, um resultado com menor margem de erro deverá ser apresentado. Essas revisões poderão confirmar o cronograma apresentado ou indicar a necessidade de novas ações para adequação do projeto.

- Forma de trabalho

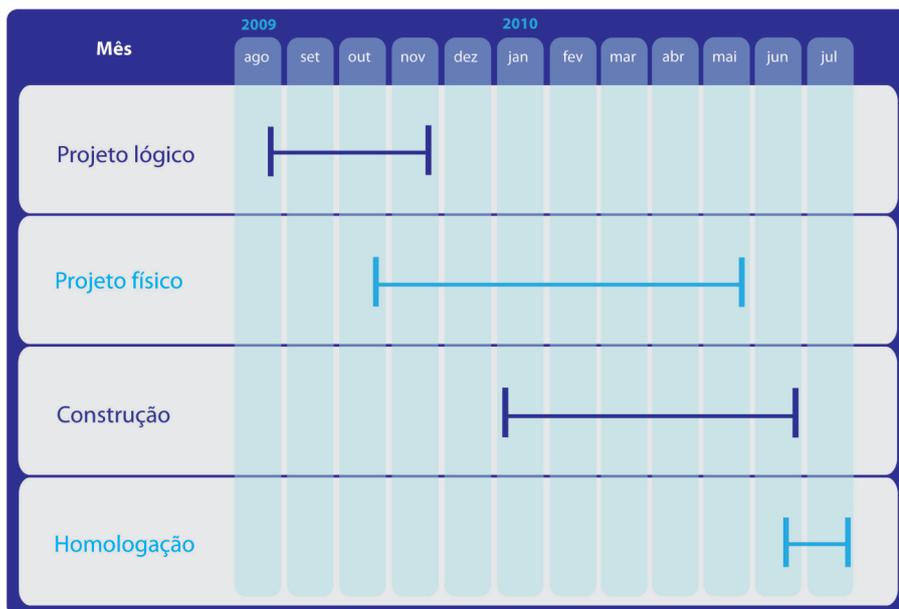
A prorrogação dos prazos do projeto abriu espaço para um estreitamento no relacionamento entre usuários e equipe de desenvolvimento. A participação do usuário aumentou graças a uma nova forma de trabalho que possibilitou a realização de reuniões frequentes para discutir e validar as funcionalidades do sistema. Essas reuniões acontecem todas as sextas-feiras no TRT-PR com representantes das unidades judiciárias de 1º e 2º graus (magistrados e servidores), que formam o Grupo de Usuários do e-Julg.

Para o desenvolvimento do sistema estão sendo aplicadas metodologias consolidadas de gerenciamento de projeto e de análise estatística. As ferramentas utilizadas permitem mapear o fluxo de trabalho da equipe de desenvolvimento e identificar atividades consideradas crí-

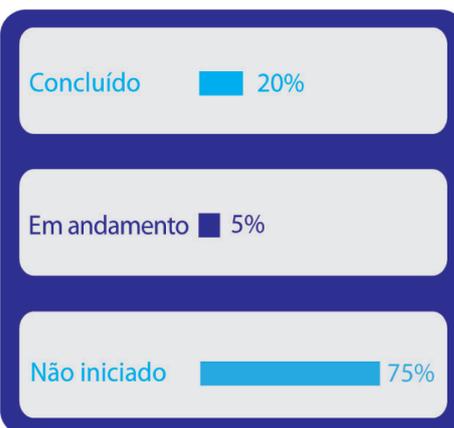


Membros da equipe técnica discutindo as funcionalidades do sistema com os usuários. Em pé: Francis Carlos Buquio Tscheliski, analista de sistemas e Wilson César Firman, analista de negócio. Sentado: Daniel Vicente Thomaz, gerente do projeto e-Julg.

Cronograma do Projeto



Evolução do projeto



ticas para o processo, além de informações importantes no estabelecimento de estratégias para correção de desvios em relação às metas propostas.

Quanto à estratégia para as especificações do sistema, o CSJT ratificou formalmente os procedimentos que vinham sendo adotados até então, como a concentração exclusiva deste trabalho na equipe do TRT 9ª e as definições submetidas à validação dos demais participantes do Grupo de Trabalho do projeto.

- Atividades concluídas

- Arquitetura básica do sistema;
- Definição da estrutura básica de documentos e protótipos;
- Controle de acessos;
- Levantamento de requisitos dos módulos de Redação e de Gestão de Processos.

- Atividades em andamento

- Atividades do Projeto Lógico relativas aos módulos de Redação e de Gestão de Processos. Nesta fase, com base nos requisitos definidos para o sistema, são

desenvolvidas as regras de negócio, definidos os casos de uso e protótipos de telas, e elaborados os roteiros de teste do sistema;

- Levantamento de requisitos do Módulo de Julgamento.

- Próximas atividades

- Início das atividades do Projeto Lógico relativas ao Módulo de Julgamento;
- Encaminhamento da documentação já aprovada pelos usuários para a validação do TST e do Grupo de Trabalho do Projeto.

Todas as edições do Informativo poderão ser consultadas na intranet: [Adm/informática/projetos/e-Julg](https://intranet.trt9.jus.br/intranet2/?p=166:21:264481040379374::NO) ou pelo link: <https://intranet.trt9.jus.br/intranet2/?p=166:21:264481040379374::NO>

Juiz do TRT-PR Fabrício Nogueira debate relação profissional em curso da Enamat

Jussara Elisa

O juiz da 9ª Região Fabrício Nogueira, diretor de ensino e cultura da Anamatra, participou como painelistas do 8º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), em 15 de outubro. O magistrado integrou o painel com o tema “A relação profissional entre os operadores jurídicos na Justiça do Trabalho”, coordenado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) José Simpliciano.

Na oportunidade, o juiz Fabrício Nogueira relatou um pouco de sua experiência na magistratura da 9ª Região e ressaltou a importância do trabalho da Enamat para a formação inicial dos magistrados. Sobre as relações entre os

operadores jurídicos na Justiça do Trabalho, falou da importância do respeito e da compreensão. “A humildade é uma qualidade que todo magistrado deve ter, o que não pode ser confundido com subserviência. Precisamos ver o homem que está por detrás do conflito. O juiz deve ouvir os seus interlocutores. O arrogante é surdo”, disse.

Participaram do curso da Enamat juízes substitutos da 9ª Região e de outras oito Regiões da Justiça do Trabalho: 3ª (MG), 4ª (RS), 5ª (BA), 8ª (AP/PA), 10ª (DF/



O juiz Fabrício Nogueira durante palestra no curso da Enamat

TO), 15ª (Campinas/SP), 16ª (MA) e 23ª (MT). Os juízes do Paraná deram início em outubro a curso no TRT-PR (matéria completa na página 14).

Novos juízes participaram do 8º Curso de Formação Inicial

Jussara Elisa

No dia 23 de outubro, 51 juízes do trabalho substitutos participaram da cerimônia de formatura do 8º Curso de Formação Inicial promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

A proposta da Enamat é proporcionar a juízes que acabaram de tomar posse uma formação profissionalizante, com disciplinas específicas complementares à formação em Direito.

Na turma do 8º Curso de Formação Inicial, 15 vitaliciandos eram do TRT da 3ª Região (MG) e 13 do Paraná (9ª Região). Também integraram a turma oito juízes da 8ª Região (PA/AP), sete da 15ª (Campinas/SP), três da 5ª (Bahia), dois da 10ª (DF/TO), uma juíza da 4ª Região (RS), outro da 16ª (MA) e um da 23ª (MT).

A seguir, os juízes deram início em seus respectivos Regionais a cursos vol-



Em 26 de outubro, os juízes vitaliciandos deram início à edição regional do curso de formação inicial

tados ao vitaliciamento. Ao longo dos dois primeiros anos, passarão ainda pelos módulos regionais de formação, voltados mais especificamente para as realidades locais, e serão avaliados a partir de uma série de critérios antes de conquistarem o cargo em caráter vitalício.

■ Escola Judicial do TRT da 9ª Região

O curso na 9ª Região teve início em 26 de outubro, com abertura oficial pela diretora da Escola Judicial e vice-presidente eleita do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

Dentro do cronograma de formação, os juízes substitutos participaram de visita institucional orientada à sede do Tribunal do Trabalho do Paraná. Na oportunidade, estiveram com a

presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista e com o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho e presidente eleito do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas.

Os novos juízes aperfeiçoaram-se em técnicas de sentença com o desembargador Arion Mazurkevich. Também participaram da atividade de treinamento de audiências simuladas, com os juízes Eduardo Milléo Baracat (titular da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba) e Luciano de Toledo Coelho. Constatou do cronograma, exposição do juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (titular da Vara do Trabalho de Castro), sobre "Eficácia do processo: aprofundamento sobre a estrutura do rito processual trabalhista e as técnicas do hibridismo e conversibilidade".

O curso de formação inicial será realizado até 15 de janeiro de 2010. ■



Os novos juízes em visita ao corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, como parte do cronograma do curso regional

Presidente do TRT-PR visita Sindicato dos Médicos

Em 24 de outubro, a presidente do Tribunal do Regional Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, visitou o Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, acompanhada de seu marido Wilson Wilhelm Batista, diretor daquele sindicato. Na oportunidade, encontrou o presidente do sindicato e ex-juiz classista do TRT da 9ª Região, Mário Ferrari.

■ Jussara Elisa



Crianças conhecem a Justiça do Trabalho do Paraná e aprendem sobre cidadania

Flaviane Galafassi

Cerca de 100 crianças e adolescentes de escolas públicas de Curitiba e Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana, participaram, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, em 15 e 16 de outubro, de evento programado pela Escola Judicial para promover discussões sobre o exercício da cidadania. O evento foi em comemoração à Semana da Criança e atende à mobilização feita pela Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltada a todos os tribunais e que busca sensibilizar a sociedade, além da instituição de programas concretos de proteção à infância e à juventude.

"Ao trazer as crianças para a sede da Justiça do Trabalho, esses alunos puderam conhecer como funciona a Justiça, perceber que ela faz parte da vida de todos e que não é um poder afastado da sociedade", lembrou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, que, juntamente com outros magistrados e servidores, participou do evento com as crianças.

"Trazê-las à Casa de Justiça é ato importante para despertar a consciência sobre cidadania", disse a diretora da Escola Judicial e vice-presidente eleita do Tribunal, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que falou aos alunos sobre a luta do poder público contra o



Magistrados e servidores durante recepção de crianças e adolescentes de escolas públicas de Curitiba e de Almirante Tamandaré, no mês de outubro

trabalho infantil.

Os visitantes receberam cartilhas educativas com histórias em quadinhos que demonstram, de forma lúdica, os caminhos para o exercício dos direitos e a importância do cumprimento dos deveres.

A conselheira do CNJ Morgana de Almeida Richa lembrou às crianças a importância dos estudos, orientando-as sobre as funções dos poderes públicos e sua disponibilidade para a população. "A Justiça está preocupada com o cidadão, para que ele conheça melhor seus direitos e possa exercê-los", enfatizou.

O aluno Andryo Machado, de dez anos, disse que aprendeu o papel da

Justiça. "Nós temos direitos, mas também precisamos cumprir nossos deveres", enfatizou o menino, que mencionou o caso de uma tia que não recebeu pelo trabalho prestado.

Durante os dois dias do evento, os alunos também participaram de atividades lúdicas, como o aprendizado sobre a arte oriental de dobrar papéis (origami). O objetivo foi mostrar às crianças a importância do trabalho com prazer e proporcionar uma tarde divertida, que contou ainda com lanches para todos os participantes.

No dia 15, também participou do evento no TRT-PR o prefeito de Almirante Tamandaré Wilson Goinski. ■

Alunos da Univel visitam o Tribunal do Trabalho do Paraná

Cerca de 40 acadêmicos de Direito da Univel (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel) participaram de visita pública no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, em 14 de outubro. Na oportunidade, os alunos assistiram a palestras proferidas pelos desembargadores Edmilson Antonio de Lima e Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. Os estudantes conheceram, também, as 21ª, 22ª e 23ª Varas do Trabalho de Curitiba, que funcionam eletronicamente.

■ Jussara Elisa





Realizadas duas etapas do III Encontro Regionalizado de Saúde

No mês de outubro foram realizadas duas etapas do III Encontro Regionalizado de Saúde - Estilo de Vida & Saúde: em Londrina, nos dias 15 e 16; Maringá, em 22 e 23. A próxima será em Cascavel, nos dias 5 e 6 de novembro deste ano.

A repercussão dos dois primeiros eventos foi positiva, fato constatado nas avaliações feitas pelos participantes: "as palestras alertaram para o cuidado com a saúde, que com a transformação de hábitos e comportamentos, pode ser incorporado ao dia-a-dia, como exercícios físicos e mentais. Tais práticas consequentemente trarão benefícios tanto a curto como a longo prazo, que aumentam a auto-estima e a disposição para o trabalho."



III Encontro Regionalizado: preocupação com a saúde de magistrados e servidores



Plateia atenta às palestras dos encontros, realizados em outubro pela SRH, em Londrina e Maringá

A programação contempla temas como comunicação (assertividade, *feedback* e comunicação corporal), criatividade (como despertar o potencial cria-

tivo), saúde e longevidade - com ênfase na prática da atividade física, avaliação postural e suas implicações em outras sintomatologias.■

Palestra sobre investimento financeiro



O consultor Marcelo Munerato falou sobre investimento para o futuro

Jussara Elisa

No dia 29 de outubro, o Serviço de Desenvolvimento, Saúde e Benefícios (SRH) promoveu a palestra "Investindo para o futuro - as melhores modalidades para cada perfil", com o consultor Marcelo Ricardo Munerato.

O palestrante abordou, na oportunidade, informações importantes acerca de diferenciadas formas de investimento a partir das suas características e benefícios, adequando questões como necessidades, projetos e perfis. Dentro da programação foram apresentados os seguintes assuntos: percepção x realidade, escolhendo os investimentos ade-

quados conforme o perfil e necessidades, poupança, consórcio, imóveis, planos de previdência privada (PGBL e VGBL), renda fixa (fundos, CDB, tesouro direto) e renda variável (fundos e ações).

Marcelo é consultor de empresas, bacharel em administração de empresas, especialista em administração estratégica pela PUCPR e em metodologia do ensino superior pela FAE-PR.

A exposição fez parte do projeto "Ciclo Permanente de Palestras", que tem como objetivo levar a magistrados e servidores reflexões sobre temas que possam contribuir para uma melhoria de qualidade de vida.■

Grupo Vocal do Sinjutra participa de evento no Tribunal Regional Eleitoral

O Grupo Vocal do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná participou do evento "Pensando em você", organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em 23 de outubro. Além de apresentação, constaram da programação, que celebrou o Dia do Servidor, oficinas de trabalho e lazer. O evento foi realizado de 19 a 23 de outubro.

■Jussara Elisa

